

O LIMIAR ENTRE OS ESTUDOS CULTURAIS E OS ESTUDOS LITERÁRIOS EM GEOGRAFIAS GLOBALIZADAS

Ricardo Araújo Barberena - UFRGS

Ricardo Araújo Barberena é doutorando (CAPES) da área de Literatura Brasileira e Teoria Literária pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RESUMO: *The impact of Cultural Studies contributes to the expansion of the array of issues addressing literary productions seeing as, within this new theoretical perspective, literature is studied as a cultural practice that does listen to the multiple voices spoken by other areas of knowledge. Cultural Studies broaden the horizon of the critical eye without losing sight of the literary text as one of the meeting and departure points in relation to narratives and identities in a specific culture, intersected by a multitude of traits of difference.*

PALAVRAS-CHAVE: *Estudos Culturais. Identidade. Diferença.*

O processo de desierarquização das produções culturais possibilitou a relativização da especificidade disciplinar e a intersecção entre linguagens distintas, ou seja, valores, conceitos, formas e gêneros começam a serem repensados por uma ótica que admite o trânsito entre saberes. No interior desse discurso de transgressão, percebemos o ponto de ultrapassagem entre o indiferenciado e o diferenciado, o dentro e o fora, a junção e a separação de espaços do saber. Com efeito, torna-se evidente a emergência de uma crítica literária que procura os aspectos de uma produtividade marcada por uma tensão entre a continuidade e a descontinuidade: a necessidade de comparar realidades geográficas, culturais, lingüísticas. Nesta perspectiva, a crítica pós-estruturalista demonstra como os valores ocidentais se encontram atravessados por uma fragmentação de continuidades e por uma constante diluição de fronteiras que demarcavam certos pressupostos etnocêntricos. Assim, esta nova epistemologia crítica está balizada por certas metodologias de leitura articuladas num trânsito através de espaços: interdisciplinaridade, intertextualidade, intersemiose. Esses conceitos parecem demonstrar um ponto de abertura tanto para a pluralidade e a outridade, quanto para o reconhecimento das singularidades e particularidades. Ao proceder esta mobilidade de conceitos, instaura-se um campo de discussão teórica descentrada e consciente das diferenças que integram cada cânone literário nacional.

Esta abertura crítica possibilita um diálogo transcultural sustentado pela aceitação das diferenças e pela desconfiância perante um discurso totalizador calcado nas categorias de centro e periferia: um movimento de desterritorializar/reterritorializar linguagens, histórias, culturas, literaturas diaspóricas. Como se sabe, essa tensão entre limite e transgressão disciplinar acarretou para o reconhecimento das práticas de investigação de natureza interdisciplinar, pois a atividade crítica não pode ser entendida como um processo desassociado da sua função de mediador perante, pelo menos, dois meios de expressão. Afinal, o estabelecimento de uma nova era cognitiva pode consistir em sua capacidade de articular elementos prévios originalmente estranhos entre si. Neste flanco aberto pela Literatura Comparada, os diferentes saberes se apresentam situados num (não) lugar onde é possível estabelecer idas e vindas epistemológicas através do trânsito das culturas, dos textos, das geografias. Ora, devido a esta abertura crítica, é compreensível que também se discuta uma identidade negociada a partir de um feixe de significados conjugados numa política simbólica que reconheça o “múltiplo”, o “outro”, a “diferença”.

A transdisciplinaridade parece apontar para uma perspectiva teórica e interpretativa que desloca os limites disciplinares nas diferentes áreas do saber. No entanto, por outro lado, certos pensadores têm advogado a existência de uma certa falência epistemológica que se inicia, principalmente, na década de setenta, por intermédio dos postulados pós-estruturalistas. Não podemos esquecer que o legado de Jacques Derrida, Michel Foucault, Gilles Deleuze propicia o desenvolvimento de teorias que viabilizam uma releitura das questões culturais através do viés da descontinuidade, do pensamento rizomático, da reversão de valores, da desconstrução. Assim, no interior desses discursos, articula-se uma suposta ausência de rigor metodológico devido à inexistência daquele *rigor* na sistematização interpretativa que havia pautado os estudos nas ciências humanas no século XIX. Este sentimento de desconfiância é resultante do evidente deslocamento de fronteiras disciplinares que acaba delineando uma diluição dos limites da especificidade do próprio objeto a ser analisado: para alguns, mais apocalípticos, estaríamos sob a instabilidade de uma *crise* no que se refere às especificidades de um estatuto cultural. Se existe uma falência em curso, esta crise está se desenrolando no bojo daquela tradicional concepção crítica que demarcava a literatura a partir de uma singularidade e de uma particularidade em relação aos demais discursos produzidos em uma cultura.

No interior dessa suposta *crise*, parece que certos domínios disciplinares estão abalados por um entrecruzamento epistemológico que acaba introduzindo uma releitura de um *corpus* cultural atravessado por uma mobilidade discursiva.

Para elucidarmos este caráter transdisciplinar de uma crítica voltado ao estudo de um objeto cultural, talvez seja propício relembrarmos que o próprio texto filosófico, no seu gesto inaugural, tematiza o fazer poético – aqui, basta recorrer a “Poética”, de Aristóteles – articulado numa interpretação da literatura como uma instituição nômade e desterritorializada. Ao retomar-se um período histórico tão distante, percebemos que o estudo sobre a literatura não ficou alienado dos constantes trânsitos que permeiam os espaços de múltiplos saberes. Assim sendo, quando se decreta a falência da crítica literária é preciso que se saiba qual o modelo sistemático está sendo desestabilizado, afinal, muitas outras crises já perturbaram os pressupostos metodológicos tidos como legitimados: literatura [arte] versus ciência determinista, literatura versus não-literatura, literatura cêntrica versus literatura periférica. Aquela herança de cientificidade positivista, cristalizada no século XIX, começa a dar lugar a outras formas de conhecimento que não se apresentam temerosas perante a intersecção de uma malha de discursos acerca de um objeto cultural. É nesse desdobramento de discursos que, neste final do século XX, se constitui a problemática de uma reflexão crítica organizada na sua função de mediadora dos múltiplos conhecimentos. O que interessa ressaltar é o distanciamento perante aquele desejo de formalização lógica – presente na década de sessenta – que buscava manipular e neutralizar as forças que se encontravam negociadas na crítica literária. Balizado por uma suposta neutralidade e objetividade, o estruturalismo se apresenta marcado por um desejo de totalização do objeto, pois, enquanto totalidade, a sua estrutura epistemológica pode se sujeitar aos mecanismos de reagenciamento das partes que se organizam através de operações binárias (originárias do estruturalismo lingüístico).

Em visível contraposição ao pensamento estruturalista, a literatura – impulsionada pela crítica da década de setenta – começa a ampliar suas fronteiras lingüísticas através de um constante descentramento para outros conhecimentos como a psicanálise, a sociologia, a antropologia, a filosofia. Como resultado deste deslocamento, surge um certo sentimento de desconforto calcado na seguinte premissa: se aquela crítica literária tida como natural é tão somente uma construção de linguagem, então, estamos tratando com um produto cultural e histórico que se encontra atrelado às forças e aos saberes negociados num contexto histórico e cultural. Novamente, se conveniente fosse, poderíamos decretar a falência dos paradigmas disciplinares que se haviam configurado pela utilização de certos valores hierárquicos situados no projeto de implantação de um saber, de uma ordem, de uma verdade, de um poder. Por se realizar na linguagem, esta crise apresenta uma dramaticidade muito particular no tocante a constituição do próprio sujeito e a compreensão da realidade. Afinal, é no campo da linguagem que se constrói um lugar onde se pode conjugar uma gama de referências identitárias: o real não pode ser aprisionado - com um desejo totalizador – por uma linguagem que se apresenta infinita num campo labiríntico e transitório dos signos resultante de um espaço precário de mobilidade incessante, de multiplicidade, de sucessivas alternâncias.

Para se pressupor a diluição de fronteiras desencadeada pelo apagamento dos limites disciplinares, é preciso que se redefina o próprio objeto de análise pela ótica da descontinuidade¹ como uma visão não-linear, não-cesural e não-cumulativa da história. Partindo dessa perspectiva, as ciências humanas começam a trabalhar com as noções de corte, transformação, limiar, caracterizando-se um visível antagonismo perante aqueles antigos pressupostos teóricos que buscavam seguir as curvas evolutivas e as tradições institucionalizadas. Considerando a descontinuidade na sua capacidade articular elementos de áreas diferenciadas, torna-se possível o deslocamento das fronteiras epistemológicas por intermédio de um olhar móvel do observador/intérprete que dialoga com um saber móvel desassociado dos contornos pré-determinados de modelos anteriores. E isto quer dizer várias coisas: além da falta de modelos e limites previamente fixados, se aceita o entrecruzamento dessas instâncias discursivas como uma possibilidade de retraçar territorialidades literárias e não-literárias, de destecer uma margem onde o limite é rasurado. De fato, o discurso crítico não é mais considerado como matéria inerte que possibilita a reconstrução do rastro de um determinado passado tido homogêneo, pois, agora, a história também pode ser analisada pela sua pluralidade e pelo confronto das múltiplas forças que se orquestram no interior de uma cultura.

Esse debate possibilita a releitura de um feixe de pressupostos críticos presentes na história oficial, introduzindo-se um questionamento perante certos conceitos etnocêntricos como os critérios de filiação, de hereditariedade, de fonte e influência. Neste quadro de reorientação crítica, os estudos comparatistas protagonizam na procura de uma ultrapassagem dos limites disciplinares através de uma série de reflexões que focalizam os trânsitos e confluências entre gênero, etnia, classe. Assim sendo, a Literatura Comparada acaba se vinculando a uma outra disciplina (ou pós-disciplina?): Estudos Culturais. Nesse sentido, poderíamos definir os Estudos Culturais como um discurso crítico que busca analisar as diversas formas de produção em relação às práticas sociais e às estruturas históricas no tocante ao funcionamento da cultura na cena contemporânea. No cerne deste projeto epistemológico, encontra-se o estudo das produções culturais e das identidades sociais enquanto conjunto de práticas de comunidades diversas e plurais. A transdisciplinaridade será o instrumento fundamental para a abordagem das

formas que permeiam as produções culturais, inclusive quando consideramos um estudo atravessado pela própria literatura. Essa discussão teórica mobiliza diferentes territorialidades geográficas e culturais através de um realinhamento do estatuto das disciplinas na área das humanidades.

Devido ao seu caráter interdisciplinar, os Estudos Culturais possibilitam a inclusão de novos objetos culturais que proliferam os entrecruzamentos entre literatura e outros sistemas semiológicos. No entanto, para projetarmos uma prática crítica nesse viés das produções culturais, torna-se necessária uma retomada aos estudos no âmbito dos discursos sobre a literatura desde os anos oitenta. Afinal, é nesse período que a Literatura Comparada se identifica por uma expansão dos seus limites disciplinares e institucionais, constituindo-se a abertura de vários cursos de Pós-Graduação, a produção de muitas publicações especializadas, o avanço de projetos de pesquisa – caracterizados pelo trânsito transdisciplinar. O que quer dizer, pela diversidade do olhar crítico e do objeto, uma crescente insatisfação com os limites disciplinares que não estavam preparados para um pensamento pautado pelas estratégias da desleitura, do descentramento e da revisão de certos valores canônicos e historiográficos. Nesta nova condição, os estudos comparatistas propõem um modelo analítico-interpretativo que investe num jogo de trânsito e deslocamento devido às confluências e intervalos de uma cultura.

Trata-se de uma crítica literária que não desconhece a instabilidade das fronteiras entre as disciplinas, pois ocorre a recusa da especialização de uma ordem institucional compartimentada em distritos do saber. Pelo que se avalia, os Estudos Culturais – na esteira das investigações comparatistas – revelam um processo reflexivo na direção da superação do *saber disciplinar*, principalmente, quando a disciplina se degrada em hiper-especialização. Portanto, articula-se um movimento para além da disciplina que tende a superar as fronteiras e mesmo os espaços de transição ainda não consolidados entre os campos do saber. Se esse movimento de supressão de fronteiras disciplinares sugere uma maximização da crítica – através da interpenetração e da superposição de discursos, de experiências diversas, de metodologias –, ele só pode ser efetivado sem banalizações e sem simplificações: afinal, o que é transdisciplinar deve ser regido pela insubordinação. Apenas assim, os sinais emitidos de uma área para outra poderão ser decodificados, compreendidos e interpretados, ou seja, a integração entre os saberes ocorre somente através das práticas de apropriação de discursos.

Em outros termos, poderíamos dizer que a contemporaneidade testemunha – dentro da ciência e da própria sociedade – o desenvolvimento de uma percepção de mundo na qual os problemas e os fenômenos se multiplicam de forma integrada. No entanto, torna-se extremamente temário a construção de uma crítica que idealiza a integração de sistemas complexos através de uma metodologia única para a sua aplicação: não se pode subestimar a diversidade e a complexidade dos diferentes campos de poder/conhecimento. Cabe a um projeto transdisciplinar, a reconstrução das disciplinas para além dos limites tradicionais que foram negociados ao longo de um passado não tão distante, pois, assim, estará sendo aberto um terreno onde os estudiosos podem transitar livremente pelas áreas de seu interesse. Somente através das práticas de apropriação de discursos, haverá uma transdisciplinaridade que permita ao conhecimento circular com a liberdade que dele se espera.

Mas, em sentido amplo, qual seria o projeto dos Estudos Culturais? Em palavras resumidas, sem a pretensão de concluir o assunto, diríamos que esses estudos se encontram voltados para a compreensão do funcionamento de uma cultura no tocante à sistematização das produções culturais e da articulação das identidades culturais – para indivíduos e grupos – que se apresentam organizadas numa determinada comunidade plural e híbrida. Assim sendo, os Estudos Culturais não excluem os estudos literários da sua gama transdisciplinar de inter-relações entre os campos de saber. Para que se possa perceber isso, é preciso que não se perda de vista a genealogia dupla desses estudos: de um lado, uma herança provinda do estruturalismo francês dos anos sessenta; de outro, um legado crítico resultante da teoria literária marxista na Inglaterra. Na década de sessenta, o estruturalismo francês começa a analisar [e descrever] a cultura – por consequência, a literatura – como uma seqüência de práticas cujas regras e convenções. Neste contexto de re-leitura francesa, a obra *Mitologias*, de Roland Barthes, desenvolve uma série de avaliações sobre um amplo espectro de atividades culturais: de propagandas de carro a lutas livres, da mente de Einstein ao vinho europeu. O que está em pauta, no interior da discussão de Barthes, é a procura de um olhar crítico que desmistifique o objeto cultural, pois tais práticas devem ser entendidas – efetivamente – como construções históricas e contingentes. Na reconstrução dessa crítica, as práticas culturais não estão alijadas das suas implicações sociais no tocante a conotação de imagens culturais e a análise do funcionamento das estruturas políticas. De outra parte, os Estudos Culturais, na Inglaterra, apresentam suas primeiras manifestações no final dos anos cinquenta, principalmente, em torno da crítica de Richard Hoggart e Raymond Williams. A efetiva estruturação da área se dá a partir da organização (1964) do Center for Contemporary Studies (CCCS), diante de uma re-orientação dos valores tradicionais de uma classe operária pós-guerra. Nesse sentido, Richard Hoggart inaugura este Centro já vinculado ao Departamento de Inglês da Universidade de Birmingham, configurando-se uma área de pesquisa de pós-graduação que pretende estabelecer as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade num âmbito social e artístico.

A obra de Raymond Williams (*Cultura e Sociedade*, 1958) marca um dos primeiros passos rumo a consolidação de um projeto que procura recuperar uma gama de vozes perdidas e oprimidas pelos significados já cristalizados num jogo de poder/saber do Estado. A combinação da obra de Hoggart (*The uses of Literacy*, 1957) e o texto Williams foi fundamental para o desenvolvimento dos Estudos Culturais nos demais lugares [não unicamente europeus], pois, naquela crítica, começa a se desenhar um desejo de recuperar a cultura como expressão plural/heterogênea e dar voz à grupos marginalizados. Em princípio, portanto, procura-se questionar em que medida as pessoas são constituídas como sujeitos pelas práticas e formas culturais, ou seja, quando podemos ser sujeitos responsáveis por nossas ações e pelas escolhas limitadas por força que não controlamos. Historicamente, os Estudos Culturais – no seu momento de formação – mostram-se voltados para a interpretação de um conjunto de códigos e práticas que se apresentam atrelados a um material cultural alinhado ao caráter problemático das múltiplas identidades transmitidas no interior de um dado contexto social. Como resultado de redefinição identitária, notamos a emergência de uma maior abertura [num espectro também nacional] para grupos – mulheres, etnias excluídas, imigrantes - que antes se encontram alijados de um projeto simbólico no tocante a formação de uma identidade puramente monológica-hegemonica.

No entanto, ainda devemos retomar um ponto crucial para o prosseguimento da nossa discussão e, para tanto, pergunta-se objetivamente: se adotada a premissa desse campo de estudos, significa que estamos excluindo os estudos literários? Objetivando uma possível resposta, deve-se relembrar que os Estudos Culturais derivam de uma crítica literária comprometida com uma agenda de discussões bastante voltada para uma prática interpretativa também norteada pelo trânsito e pela intersecção entre as diferentes áreas de conhecimento. Assim sendo, diríamos que os Estudos Culturais abandonam um certo tipo de estudos literários que apontam – unicamente – para os tradicionais conceitos matizados pela avaliação das produções literárias enquanto realizações de *grandes obras* marcadas pelo valor de universalidade, de beleza, de superioridade, de fonte e marco estético. Ao contrário do que possa parecer, não se torna obrigatório um conflito entre os estudos literários e culturais, pois os estudos que se voltam para a literatura nunca foram unificados em torno de uma única concepção crítica.

Em princípio, os Estudos Culturais propiciaram a articulação de técnicas de análise literária em outros materiais culturais: os artefatos - presentes numa determinada cultura - são estudados como textos a ser lidos e interpretados. Neste processo intercambiante, os estudos literários também podem ganhar bastante, pois passamos a conceber uma literatura avaliada como uma prática cultural que não desconhece os seus múltiplos diálogos perante as outras áreas de conhecimento. Assim, o impacto dos Estudos Culturais está presente na expansão no arco de questões em torno das produções literárias. Para a ampliação no campo teórico, os estudos literários passam a serem entendidos como uma prática de sentido que revela os papéis culturais – lugares onde a literatura também está investida – num complexo processo intertextual, permeado pelo contato entre a obra literária e os demais discursos.

Ao inferir os estudos literários, trazemos - por conseqüência - o conceito de cânone literário para o interior da nossa discussão. E parece que uma questão realça aos nossos olhos: se adotarmos uma postura crítica que admita o trânsito entre os estudos literários e os Estudos Culturais, necessariamente estaremos decretando o derradeiro crepúsculo para o cânone literário? Como complemento, ainda se questiona: será que os estudos em torno da literatura perderam terreno para as análises críticas voltadas aos filmes, pinturas, televisão, fotografia, grafismos. Para responder tais questionamentos, talvez seja oportuno que não esqueçamos um dado momento crítico quando também se estabeleceu uma certa situação de desconforto perante a aproximação dos textos filosóficos e psicanalíticos no interior dos estudos literários: será que a introdução destes outros conhecimentos produziu um afastamento dos clássicos da literatura? Todos os estudos elaborados nesta área indicam que não houve a eliminação da literatura no cenário das discussões acadêmicas, mas, sim, um maior enriquecimento nas intersecções críticas entre os diferentes campos de saber. Assim sendo, a literatura se apresenta revigorada pelo trânsito das muitas maneiras de “ler” e re-interpretar as produções literárias: “Nunca se escreveu tanto sobre Shakespeare; ele é estudado de todos os ângulos concebíveis, interpretado nos vocabulários feminista, marxista, psicanalítico, historicista e desconstrutivista” (CULLER: 1999, 53). Trata-se de uma expansão no olhar crítico sem que se perca o texto literário como um dos possíveis pontos de encontro e ultrapassagem em relação às demais narrativas situadas numa determinada cultura. Neste quadro articulado nas fronteiras de sentido, os Estudos Culturais se encontram atravessado por outros fenômenos culturais que incluem a literatura no campo de práticas de discurso, e, para que se produza esse entrecruzamento, o diálogo entre os conhecimentos não aparece negligenciado a um arcabouço disciplinar e coercitivo. Embora não haja uma completa abertura, parece que o cânone literário se apresenta contaminado por uma maior aceitação das diferentes narrativas que se organizam no bojo da literatura tida como nacional, de certa forma, percebemos uma re-leitura de produções literárias que dantes estavam excluídas das listagens das obras legitimadas por certo segmento da crítica literária.

O cânone literário, indiretamente, também passa a ser repensado pela participação de Stuart Hall na formação dos estudos culturais britânicos. Este renomado crítico começa a trabalhar na investigação das práticas de resistência de

grupos minoritários identificados na sua função de catalisadores de diversos projetos coletivos. Daí a configuração de um cenário acadêmico atravessado por inúmeros artigos sobre a questão da cultura na sociedade estratificada em classes: os críticos iniciam um estudo voltado para o efeito da cultura em um dado momento histórico permeado por condicionantes simbólicas e políticas, negociadas num discurso que busca a representação do nacional e do regional. Assim, os estudos culturais parecem estar norteados pela

[...] identificação explícita das culturas vividas como objeto distinto de estudo, o reconhecimento da autonomia e complexidade das formas simbólicas em si mesmas; a crença de que as classes populares possuam suas próprias formas culturais, dignas de nome, recusando todas as denúncias, por parte da chamada alta cultura, do barbarismo das camadas sociais mais baixas; e a insistência em que o estudo da cultura não poderia ser confinado a uma disciplina única, mas era necessariamente inter, ou mesmo anti, disciplinar. (SCHWARZ:1994, 380)

De fato, percebemos um discurso crítico que se apresenta preocupado em analisar os processos – textuais e sociais – efetivados no interior de uma cultura marcada pelo constante entrecruzamento de uma série de identidades articuladas entre as práticas culturais e os textos daquela sociedade. Como resultada desta nova mirada crítica, evidencia-se a releitura do tradicional caráter estético-literário de uma cultura essencializada, pois aquele padrão elitista no âmbito da música, da pintura e da literatura começa a ser avaliado como uma expressão da cultura. Nesse viés de reorientação conceitual, torna-se possível a inclusão de uma gama de significados e práticas que constituem a vida social, e, para isto, o conceito de cultura também passa a abranger sentidos do cotidiano que se apresentam como expressões culturais no contexto social das relações de poder no bojo de uma sociedade plural e heterogênea. Em termos de *copus* de análise, não há como negar a multiplicidade de objetos de investigação, afinal, devemos lembrar que os estudos culturais resultam da convicção sobre a impossibilidade da existência de uma análise da cultura desassociada das suas relações de poder e das identificações sociais. Nesse sentido, fica evidente como o âmbito pessoal passa ser entendido por um viés político atuante na construção dos objetos culturais discutidos numa noção de poder descentrada em torno do sujeito social.

No entanto, ainda resta dizer formular uma questão sobre a construção desse campo de estudos: afinal, os estudos culturais ficaram restritos a um centro de conhecimento – europeu e norte-americano – distante dos críticos da América Latina? Para iniciarmos uma resposta talvez seja conveniente a discussão de um panorama dos estudos culturais em terras periféricas e ex-cêntricasⁱⁱ, pois a constituição de tal área de conhecimento tem seu início marcado já na década de oitenta, principalmente, nas figuras de Nestor García Canclini e Jesús Martín-Barbero. Apesar de algumas particularidades específicas, torna-se visível um alinhamento perante o discurso crítico da escola inglesa – de fundo marxista –, proporcionando um campo fértil para a produção de inúmeros trabalhos sobre a realidade social e política da cultura na América Latina. Entretanto, é na década de noventa que perceberemos uma maior definição dos estudos culturais por parte dos críticos latino-americanos: aqui, necessariamente, ressaltam-se os textos de O'Connor (1991), de Canclini (1991), Fox (1997), de Lull (1998). Nesse sentido, uma perspectiva latino-americana começa a se desenhar num constante diálogo com as teorias provindas de um conhecimento do além-mar, sem que esta interlocução de ideologias represente qualquer tipo de vassalagem ou xenofobia perante um saber provindo das outras metrópoles.

Na viabilização deste quadro de discussão teórica, parece que as figuras de Canclini e Martín-Barbero protagonizam as ações num momento inicial de configuração desse campo de estudoⁱⁱⁱ, sem que esqueçamos, numa etapa posterior, os nomes de Beatriz Sarlo, Aníbal Ford (na Argentina); de Guilhermino Sunkel, José Joaquín Bruner (no Chile); de Guilhermino Orozco, Rossana Reguillo, Jorge González, Carlos Monsiváis (no México); de Rosa María Alfaro (no Peru); e muitos outros. Estes primeiros estudos se apresentam voltados para a articulação de uma análise sobre as formas culturais contemporâneas situadas num certo período do capitalismo que buscava processar os padrões de certas identidades sociais no cenário político e simbólico latino-americano. Enunciado nesses termos, os estudos culturais passam a re-avaliar os mecanismos de hierarquização social que estavam negociados por um jogo de oposições já cristalizadas numa tradição pautada pelo confronto entre a cultura de elite e a cultura de massa, a grande arte e a cultura popular, o legitimado e o marginal. Diante a aceitação dos “movimentos sociais e das novas dinâmicas culturais” (MARTÍN-BARBERO: 1992, 29), constatamos um campo de estudo que propicia o debate e a revisão dos cânones estéticos já propagados por uma tradição ocidental tida como *universal*, e, por conseqüência, questiona-se o redimensionamento daquelas identidades nacionais/regionais que estavam maquiadas por uma suposta totalidade simbólica em detrimento dos pertencimentos de classe, raça, gênero.

Em sintonia com os estudos culturais iniciados na Inglaterra, os pensadores latino-americanos priorizam a multidisciplinaridade como modelo de análise para a compreensão dos objetos culturais que se encontram no foco das discussões: afinal, estamos presenciando o surgimento de uma área de estudo norteadas pela “consciência crescente de seu estatuto transdisciplinar” (MARTÍN-BARBERO: 1992, 29). Esta natureza multidisciplinar já se pode ser evidenciada na própria trajetória intelectual de Nestor García Canclini e Jesús Martín-Barbero. Nesse sentido, basta lembrarmos que Canclini inicia seus estudos na filosofia e ao longo da sua formação transitou por outros territórios disciplinares como a sociologia da arte, as ciências sociais, a antropologia, a literatura. Ou melhor,

para não apenas enumerar disciplinas, deixemos que o próprio crítico apresente a sua caminhada: “Na Argentina, trabalhei com questões relacionadas à sociologia da arte, e, mais tarde, minha atenção voltou-se à antropologia e à literatura, até minha chegada ao México. Então, como se pode ver, minha atenção voltava-se principalmente aos textos” (MURPHY: 1997, 81). Quanto à formação de Martín-Barbero, o ponto de partida também é marcado pelo conhecimento da filosofia, que, posteriormente, serão acompanhados por uma incursão nos pressupostos da semiótica^{iv} e das ciências sociais. Situado nesse movimento intercambiante, essa crítica latino-americana propõe um estudo das produções culturais por intermédio da mobilidade de um olhar dinâmico e multidisciplinar voltado para a compreensão das intersecções entre as práticas culturais e as estruturas sociais.

Apesar de uma origem marcadamente acadêmica, os estudos culturais – na América Latina – se caracterizam por um lento processo de institucionalização, principalmente, na comparação em relação aos estudos nos Estados Unidos, França, Canadá. No caso latino-americano, percebemos o surgimento de iniciativas isoladas dentro dos departamentos de Pós-Graduação, que, em muitos projetos, acabam gerando a formação de linhas de pesquisa de caráter interdisciplinar. Cabe lembrar que essa discussão não se resume ao contexto acadêmico, um momento histórico de redimensionamento da democracia latino-americana propicia uma grande abertura em outros setores da sociedade na participação dos movimentos sociais como um campo ativo de representação cultural. A vida social e política se tornam alvo de uma discussão engajada e preocupada nas novas conjunturas culturais pós-golpes militares, pois a multiplicidade das matrizes identitárias começa a romper o silêncio coercitivo e ditatorial dos anos de chumbo. Enquanto redefinição do cenário político latino-americano, evidencia-se uma maior aceitação da diversidade cultural no tocante a flexibilização dos significados demarcados entre as classes sociais e as produções culturais legitimadas pelos cânones tradicionais: finalmente, parece que o próprio sentido de cultura é abalado pela re-leitura das culturas periféricas e pela inclusão, mesmo que parcial, de identidades marginais.

Influenciados pelas mudanças no âmbito social, os modelos de análise se encontram alinhados aos discursos – populares e intelectuais - que desmascaram os mecanismos de repressão política e cultural. A partir da articulação dessas manifestações sociais, desencadeia-se uma politização de demandas identitárias e culturais que estavam relegadas a uma realidade privada da vida cotidiana. Em outras palavras, poderíamos dizer que essas lutas populares estabelecem um novo horizonte de negociação política e cultural que desestabiliza a centralização de um poder totalizador. Despontam outros sujeitos sociais que buscam o reconhecimento de muitas experiências e reivindicações coletivas: movimento dos sem terra, dos ambientalistas, da negritude, do feminismo, dos direitos humanos, das causas eclesiais. Assim, não há como negar que esse novos atores sociais causam um certo desconforto para os tradicionais pressupostos políticos que advogavam a existência de uma unidade cultural e identitária. Perante a construção desse quadro político, percebemos o questionamento dos mecanismos de imposição cultural que haviam sido sistematizados pela teoria da dependência na década de setenta, ou seja, a emergência desses grupos sociais passa a reorientar aquele discurso sócio-político calcado numa suposta inferioridade cultural e num subdesenvolvimento estético.

Nesta direção, ampliasse um mercado de bens simbólicos – no interior da América Latina – que possibilita uma maior interlocução com as culturas situadas em outros contextos culturais, isto é, o estabelecimento desse diálogo político-cultural irá deflagrar, na década de oitenta, a renomada “globalização cultural” (ESCOSTEGUY: 2001, 46) que acabara por desarticular os próprios conceitos de limite e soberania nacional: “é a própria categoria de fronteira a que perdeu suas referências a que perdeu suas referências e com ela a idéia de nação que inspirou toda uma configuração cultural” (MARTÍN-BARBERO: 1995,47). Diante esta inserção num bloco transnacional, os críticos latino-americanos começam a postular a existência de uma falência nos paradigmas que sustentavam a vigência de uma identidade nacional, balizada por uma unicidade simbólica e cultural. Assim sendo, parece bastante coerente a desconfiância perante as “grandes narrativas” (ESCOSTEGUY: 2001, 47) que haviam se consolidado ao longo da modernidade, mas, em contrapartida, uma valorização do cultural começa a direcionar esta nova realidade desterritorializada e contra-hegemonica. Além disso, ocorre uma re-definição do significado de cultura: do campo restrito da reprodutibilidade para o âmbito dos mecanismos transformadores do social. Em primeiro plano, figuram os sujeitos sociais (e suas práticas) enquanto participantes de uma indústria cultural latino-americana que começa a compor formas diferenciadas de identificação no interior da sua diversidade cultural.

Dito em linhas gerais, poderíamos afirmar que a América Latina, na década de oitenta, caracteriza-se por uma nova conjuntura política e cultural resultante da globalização do capital de uma série de indústrias culturais latino-americanas que atravessam os limites nacionais e introduzem outros sujeitos sociais calcados pelo poder de mobilização de diferentes segmentos da sociedade. Como consequência imediata, nota-se que o arcabouço teórico tradicional não se encontra afinado a esses processos de transito e reconfigurações nas paisagens políticas e culturais, e, devido a essa incompatibilidade, abre-se espaço para os Estudos Culturais num viés sócio-cultural pautado pela inter-relação entre os campos disciplinares como a antropologia, a sociologia, os estudos literários, história. Ainda na constituição desse cenário multidisciplinar, destaca-se a etnografia como um instrumento que revelará uma efetiva

prática de investigação das particularidades de uma cultura latino-americana: “a etnografia reposiciona a teoria de acordo com as condições concretas de existência cultural; [e] processos e negociações modulados através da vida cultural podem ser usados para confrontar e redirecionar a teoria” (MURPHY: 1997, 80).

Essas diferentes disciplinas parecem convergir os seus olhares para a avaliação da participação dos agentes sociais na formação de uma identidade latino-americana sob o impacto das forças da globalização e da desterritorialização. Assim, para se pensar a cultura é preciso que se trabalhe com uma realidade que transcende os limites do Estado-nação, o que está em jogo são produções culturais no seu caráter de mediadoras entre os sentido das identidades sociais e a transitoriedade simbólica de um contexto globalizado. Nesse sentido, a cultura não pode ser entendida como uma atividade de consumo passivo, mas, sim, como uma produção ativa que interage num complexo processo de formação identitária no tocante a determinado âmbito social. Compreender a cultura nessa perspectiva também é aceitar novas categorias propostas por uma crítica de forte posicionamento e marcadamente em posição de ruptura em relação aos estudos anteriores:

Evitando velhos dualismos teóricos, no que tange àqueles que detêm o poder e àqueles que não têm poder nenhum, os estudiosos latino-americanos, tais como García Canclini e Martín-Barbero, propõem categorias analíticas como o sincretismo, a hibridação e a mestiçagem [...] para classificar processos de apropriação, adaptação e vocalização culturais na mediação entre prática cultural, culturas populares, meios de comunicação democráticos e política (GOLDING; FERGUSON: 1997, 17).

Pensado em tais pressupostos teóricos, os Estudos Culturais propõem uma série de indagações acerca do estabelecimento hierárquico entre prática e formas culturais, isto é, conceitos que ainda se apresentam sistematizados pela oposição *baixa* cultura X *alta* cultura. Diante esse flanco aberto pelos estudos culturais, articula-se uma postura crítica que possibilita um remapeamento das produções culturais através de uma perspectiva global das práticas da vida cotidiana e dos processos sociais. Isto significa o estabelecimento de uma rede de intersecções entre as produções culturais tidas como *legitimadas/canonizadas* e as formas culturais relegadas aos evasivos conceitos de *inferioridade/baixa qualidade*. Mais ainda: trata-se de re-pensar a esfera cultural como um campo minado pela mediação entre diferentes forças em ação: poder, política, prática social. Discutir a cultura nesses termos, obrigatoriamente, nos leva a utilização de uma metodologia trans/inter disciplinar, pois parece difícil negar o encontro de diversos campos de conhecimento na abordagem de uma produção cultural que não está mais ilhada naquele enfoque essencialista e estetizante da arte.

Contudo, um ponto nodal parece que ainda precisa ser mais discutido: se aceitarmos a coerência dos Estudos Culturais num âmbito latino-americano, como fica a construção da nossa identidade enquanto sujeitos sociais que se encontram inseridos numa cultura discutida por uma ótica da diferença cultural, da heterogeneidade, da não-unicidade identitária? Nesse sentido, de maneira mais geral, pensar uma identidade é também refletir sobre as imbricações entre cultura nacional, gênero, modernidade, globalização, pós-colonialismo. Afinal, pode-se admitir uma identidade que esteja sujeita a mudanças e deslocamentos proporcionados por uma alteridade marcada por uma vida social: uma mobilidade de questionamentos e tensões que complementam os significados discutidos na forma de interpretar, perceber e construir um determinado contexto cultural.

Submetida a uma condição de transitoriedade e pluralidade, a formação de uma identidade não é mais avaliada numa perspectiva essencialista que caracterize o comportamento de certos grupos e comunidades como uma experiência inata e inerente àquela realidade cultural e social. Dito de outra maneira: trata-se de uma identidade atravessada por uma dispersão espacial e temporal que acaba deflagrando um processo em constante construção:

[...] a identidade cultural não está fixa, é sempre híbrida. Mas é precisamente porque surge de formações históricas muito específicas, de histórias específicas, de repertórios culturais de enunciação, que pode constituir-se em um posicionamento que nós chamamos, provisoriamente, identidade (HALL: 1996, 502) .

Para se discutir a constituição de uma identidade – agora, norteando a reflexão não só para a realidade latino-americana - é preciso que se tenha em mente a mobilidade das posições de sujeito no âmbito de desdobramento de uma cultura tencionada pelos processos de troca em relação aos demais contextos culturais globalizados. Assim sendo, torna-se bastante questionável aquele antigo padrão de centralidade/unidade cultural que estavam orquestrados pela existência de uma etnicidade circunscrita a um lugar estável e monológico. Diante esse quadro de [re] alinhamento das identidades culturais, inicia-se um novo debate sobre o caráter hegemônico de uma identidade nacional que se comportava como um legítimo alicerce do Estado-nação. Assim, o período de globalização acaba favorecendo tendências sociais e políticas que pressionam o Estado-nação no tocante a inserção de organizações supranacionais em relação aos mecanismos de representação cultural e articulação econômica. Nessa engrenagem [trans] nacional, percebemos uma certa falência daqueles nacionalismos – concebidos por um idealismo romântico -, e, paradoxalmente, um fortalecimento das identidades locais em direção a procura de revalorização de uma autonomia regional que havia sido silenciada pelo aparelho oficial do Estado-nação.

Cabe lembrar que o Estado-nação – quanto a sua natureza institucional – não se restringe a hierarquização de um mecanismo político de representação, mas, sim, a organização cultural e simbólica que sustenta os referenciais

legais e fundacionais de uma concepção de nação. Dessa imbricação política e cultural, havia se consolidado uma perspectiva essencialista que buscava demarcar a formação de identidade nacional puras:

[...] a história dos estados nacionais do Ocidente nunca foi desse tipo etnicamente puro. [...] eles ão, sem exceção, etnicamente híbridos – o produto de conquistas, absorções de um povo por outro. [...] um após o outro, os estados nacionais ocidentais, já incontestavelmente diaspóricos, estão tornando-se inextricavelmente ‘multiculturais’ - étnica, religiosa, cultural, lingüisticamente, etc” (HALL: 1993, 356).

Entretanto, não podemos perder de vista o ressurgimento de certos conflitos que tentam colocar as escoras ideológicas de uma hegemonia do Estado-nação e de uma cultura sem espaços para as diferenças identitárias: o surgimento dos fundamentalismos étnicos/religiosos e a ascensão de nacionalismos xenófobos. Parece bastante evidente que esta virada à direita tentou constituir uma resposta aos processos que impulsionaram um debate sobre os conflitos raciais e étnicos através de uma agenda de reivindicações pautada pela luta contra um passado antidemocrático no tocante a diversidade cultural.

Esse processo de re-avaliação da história oficial pode ser considerado em várias instâncias de discussão, e, para exemplificarmos isso, basta pensarmos nos muitos movimentos latino-americanos que desencadearam um contra-discurso perante a colonização e a exploração nas culturas do “terceiro” mundo. Nesse sentido, é importante lembrar que no início dos anos oitenta se sucede uma transição (na maioria dos países latino-americanos) dos modelos ditatoriais para a democracia, e, paralelo a este processo, percebe-se que o antigo discurso antiimperialista é ineficaz enquanto modelo teórico de avaliação das novas realidades sociais e culturais emergentes: direitos humanos, Ongs internacionais, sem-terra, movimentos de gênero e raça, ativistas, ambientalistas. É neste período de abertura política que se possibilita uma maior ligação internacional em alguns movimentos sociais, pois os fluxos transnacionais de informação, de vida, de comunicação e de estilo acabam se entrecruzando devido às formações culturais híbridas que passam a ser disseminadas por uma indústria cultural situada num espaço de troca e intercâmbio:

Quando a cultura começa a se desterritorializar, se torna mais complexa e variada, assume todas as heterogeneidades da sociedade, é industrializada e massificada, perde seu centro, fica cheia de expressões transitórias e leves, é estruturada com base numa pluralidade do moderno, quando tudo isso acontece, o desejo unificador se torna reducionista e perigosamente totalitário ou simplesmente retórico (BRUNNER: [s/d], 21).

A partir dessa abertura política e cultural, a América Latina se capacita para uma condição de discussão sobre as constantes mudanças no âmbito das imagens e símbolos nacionais, e, para isso, reconhece o jogo oscilante de secularização – desvalorização – reinvenção dos mitos nacionais dentro de um quadro social marcado por identidades tencionadas por uma realidade dividida entre o transnacional e o regional. Além disso, os pensadores latino-americanos começam a trabalhar com o conceito de mobilidade no que se refere ao processo de remapeamento das identidades territoriais numa perspectiva de fluidez e flexibilidade das fronteiras nacionais: afinal, aquele antigo discurso universalista encapsulador está abalado por uma necessidade de transpor espaços totalizante e por um diálogo articulado no limiar dos textos, das culturas, do tempo, dos símbolos. Esse [re] pensar crítico parece acompanhar e, de certa forma, ser resultado do desenvolvimento de uma democracia latino-americana expandida por um debate entre a sociedade civil e o Estado. Quanto a esta inter-relação social/política, cabe lembrar como vários países andinos (Peru, Colômbia, Bolívia, etc.), nos últimos quinze anos, têm estabelecido um conjunto de mobilizações e protestos regionais, objetivando um desafio da territorialidade do Estado perante o surgimento de novas formas de subjetividade/identidade espacial numa associação entre descentralização e democratização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNNER, José Joaquín. “Seis perguntas a José Joaquín Brunner”. *Revista de Crítica Cultural*, 1, maio, p.21.
- CULLER, Jonathan. *Teoria Literária*. São Paulo: Beca Editora, 1999, p. 53.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. *Cartografia dos Estudos Culturais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.46.
- HALL, Stuart. Culture, community, nation. *Cultural Studies*, 7,1993, p.356.
- _____. The formation of diasporic intellectual. IN: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (orgs). *Stuart Hall – Critical Dialogues in Cultural Studies*. Londres: Routledge,1996, p.502.
- HOISEL, Evelina. Os discursos sobre a literatura: algumas questões contemporâneas. IN: COUTINHO, Eduardo (org), *Fronteiras Imaginadas*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.
- GOLDING, Peter; FERGUSON, Marjorie (orgs). *Cultural Studies in Question*: Londres: Sage, 1997, p.17.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Pensar la sociedad desde la comunicación. Um lugar estratégico para el debate de la modernidad. *Revista Dia-logos de la Comunicación*, 32, 1992, p. 29.
- _____. Comunicación y modernidad en America Latina. IN: *Pre-textos –conversaciones sobre la comunicación y sus contextos*. Cali: Universidade Del Vale,1995, p.47.

MURPHY, Patrick. Contrasting perspectives: cultural studies in Latin América and the United States: A conversation with Nestor García Canclini. *Cultural Studies*, 11, 1997, p.80.
SCHWARZ, Bill. Where is cultural studies? *Cultural Studies*, 8, 1994, p. 380.
YÚDICE, George. Comparative cultural studies traditions: Latin América and the US. City University of New York, 1993.

Notas:

ⁱ Predominante nos trabalhos de Michel Foucault e Gaston Bachelard.

ⁱⁱ Cabe lembrar que países como Canadá, Austrália e Ásia (enquanto continente) também começam a disseminar os pressupostos críticos articulados – inicialmente – na França e na Inglaterra.

ⁱⁱⁱ Esses intelectuais latino-americanos são discutidos por George Yúdice. Ver: YÚDICE, George. “Comparative cultural studies traditions: Latin América and the US”. City University of New York, 1993.

^{iv} O crítico ministrará justamente um curso de semiótica – na Universidade Del Valle – , na década de setenta, que possibilitará uma nova compreensão sobre os estudos da significação à luz da natureza das práticas sociais. Nas palavras do crítico: “Dei-me conta da necessidade de que existia de uma teoria que não se restringisse ao problema da informação. Não obstante, percebia a importância capital que havia adquirido a informação na sociedade; via, também, que para a imensa maioria das pessoas a comunicação não se esgota nos meios [...] O problema não era de falta de lógica ou coerência a uma teoria pensada em termos de emissor, mensagem, receptor, código, fonte... O problema era que tipos de processos comunicativos podiam ser pensados a partir daí. Onde estava o emissor numa festa, num baile, num sacramento religioso?, questionava-me. Onde estavam a mensagem e a o receptor? O que existia de comunicação numa prática religiosa não tinha mais a ver com outros modos, com outras dimensões da vida, com outras experiências que desdobram por completo as explicações da informação? Foi aí que percebi com clareza que falar de comunicação era **falar de práticas sociais** e que, se queríamos responder todas essas perguntas, tínhamos que repensar a comunicação a partir dessas práticas” (grifo meu). (MARTÍN-BARBERO: 1995, 14).